



## RESISTÊNCIA COTIDIANA E REPRODUÇÃO SOCIAL: MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM LONDRINA (PR)

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

MARIA ISABELA COSTA MOREIRA<sup>1</sup>

ANA PATRÍCIA PIRES NALESSO<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho analisa as estratégias cotidianas de resistência de mulheres chefes de família beneficiárias do Programa Bolsa Família, no território do CRAS central de Londrina (PR). A pesquisa, por ora bibliográfica, adota a perspectiva crítica para compreender como o cotidiano, espaço da reprodução social, se constitui também como campo contraditório de resistência à ordem capitalista. A partir de autoras como Federici, Kergoat, Sousa e dos aportes de Scott e José Paulo Neto, problematiza-se a divisão sexual do trabalho e a focalização da política social.

**Palavras-chave:** Resistência cotidiana, reprodução social, desproteção social, bolsa família, Londrina.

**ABSTRACT:** This paper analyzes the everyday resistance strategies of female heads of household who are beneficiaries of the Bolsa Família Program, within the territory of the central CRAS in Londrina (PR). The research, currently bibliographic, adopts a critical perspective to understand how everyday life, as a space of social reproduction, also constitutes a contradictory field of resistance to the capitalist order. Drawing on authors such as Federici, Kergoat, Sousa, and the contributions of Scott and José Paulo Netto, the study problematizes the sexual division of labor and the targeting of social policy.

**Keywords:** Everyday resistance, social reproduction, social insecurity, bolsa família; Londrina.

### INTRODUÇÃO

As mulheres da classe trabalhadora têm protagonizado lutas históricas nos mais diversos campos: por políticas sociais, acesso à terra, moradia, saúde, educação e contra a violência de gênero. Essas lutas, frequentemente invisibilizadas pelas leituras hegemônicas da política e da história, expressam a centralidade das mulheres na organização da vida coletiva sob condições estruturais de desigualdade. Como apontam Pacheco e Dias (2022), suas

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0983884796900799>. E-mail: [isabela.costam@uel.br](mailto:isabela.costam@uel.br).

<sup>2</sup> Doutorado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Professora adjunta da Universidade Estadual de Londrina. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7123067548755204>. E-mail: [apatriciapn@uel.br](mailto:apatriciapn@uel.br).

mobilizações estiveram presentes nos conselhos, nos movimentos sociais e nas disputas institucionais por reconhecimento e redistribuição. Contudo, a atuação política das mulheres não se limita aos espaços institucionalizados nem aos momentos espetaculares da mobilização. Para além dessas formas visíveis de enfrentamento, Federici (2020) destaca que há uma outra dimensão de resistência que se estrutura no cotidiano da reprodução da vida, onde as mulheres, especialmente nas periferias urbanas e nas comunidades rurais, enfrentam as contradições do capital a partir das práticas de cuidado, solidariedade e sobrevivência coletiva.

Essa resistência cotidiana, por vezes difusa, desorganizada ou silenciosa, materializa-se nas estratégias práticas de manutenção da vida em contextos de desproteção, sobrecarga e precariedade. Ocorre, sobretudo, entre aquelas mulheres que são historicamente empurradas para a gestão da pobreza produzida pelo próprio Estado, como é o caso das chefes de família beneficiárias do Programa Bolsa Família. Essas mulheres, majoritariamente negras, pobres e residentes em territórios marcados por ausências estruturais, são alvejadas por uma dupla injunção: de um lado, responsabilizadas pela reprodução material e simbólica da família; de outro, mantidas sob o controle de políticas focalizadas, seletivas e condicionadas, como forma de contenção da força de trabalho excedente.

É nesse território que este artigo se propõe a refletir sobre a resistência silenciosa, fragmentada e prática das mulheres pobres, particularmente das chefes de família beneficiárias do Programa Bolsa Família. A pesquisa se desenvolverá com base em estudos bibliográficos, adotando como orientação metodológica a perspectiva materialista histórico-dialética. O objetivo é compreender, pela mediação do cotidiano, de que modo essas mulheres enfrentam a precarização da vida e as formas de gestão da pobreza operadas pelas políticas assistenciais focalizadas, interpretando essas práticas não como reações espontâneas, mas como expressões de uma crítica imanente à sociabilidade capitalista.

O cotidiano, frequentemente tratado como o domínio da repetição, da monotonia e da alienação, revela, sob a ótica materialista, uma dimensão contraditória. No interior das relações sociais fundadas pela exploração capitalista, reproduzem-se tanto as condições objetivas da dominação quanto as práticas silenciosas de enfrentamento e negação da ordem estabelecida. Longe de ser apenas o espaço da mediocridade e da adaptação resignada, o cotidiano torna-se

campo de disputa, onde os sujeitos subalternizados vivenciam formas de resistência concretas, mesmo quando desprovidas de organização formal ou de enunciados programáticos. Segundo Sousa (2012), as mulheres chefes de família atendidas pelo Programa Bolsa Família, marcadas pela exclusão do mercado de trabalho formal e pela inserção precária nas políticas públicas, vivenciam uma realidade contraditória, na qual a reprodução das condições de subsistência se combina com práticas de enfrentamento cotidiano, revelando formas silenciosas de ruptura frente à ordem social imposta.

Por sua vez, José Paulo Neto (2012) contribui para situar o cotidiano como categoria crítica, ao reconhecer que é nesse plano da vida prática que a ideologia se materializa, mas também onde pode ser confrontada pela consciência. A partir das mediações estabelecidas na vida comum – trabalho, família, território, vizinhança – o sujeito pode realizar a crítica imanente da ordem social, rompendo, mesmo que de modo parcial, com os mecanismos de alienação. As práticas de resistência dessas mulheres não são apenas ações de sobrevivência: elas geram também um saber social enraizado na experiência da necessidade, um conhecimento prático que, mesmo fragmentado, tensiona a totalidade social e revela as contradições da política estatal, da divisão sexual do trabalho e da lógica de reprodução da pobreza. É na experiência vivida, contraditória e tensionada entre a necessidade e a negação, que germinam os elementos de uma crítica prática da ordem capitalista (José Paulo Neto, 2012).

Este estudo, portanto, insere-se no esforço de compreender a resistência das mulheres da classe trabalhadora não a partir de enunciações abstratas ou de modelos ideais de mobilização, mas a partir da materialidade das estratégias construídas no cotidiano da sobrevivência. No contexto da cidade de Londrina, marcado pela desigualdade estrutural e pela precarização dos direitos sociais, busca-se investigar como essas mulheres, situadas no cruzamento das determinações de classe, sexo e raça, enfrentam a reprodução cotidiana da miséria com práticas que, embora invisibilizadas, revelam uma recusa ativa à condição que lhes é imposta.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A apreensão da condição das mulheres na sociedade capitalista exige que os procedimentos metodológicos adotem uma perspectiva crítica, que não se limite à descrição empírica das desigualdades nem à análise fragmentada dos dados sociais. Trata-se de reconhecer que a realidade social, em sua totalidade contraditória, não se revela de forma imediata, exigindo do pesquisador um esforço teórico-metodológico que permita ultrapassar a aparência dos fenômenos. Parte-se do pressuposto de que as desigualdades que recaem sobre as mulheres chefes de família, especialmente aquelas inseridas nas periferias urbanas, são expressões históricas e estruturais das relações sociais de produção e reprodução, organizadas sob a lógica do capital. A análise da questão da mulher, nesse sentido, não pode ser dissociada da forma como o capital articula a divisão social e sexual do trabalho, mobilizando ideologias naturalizantes para legitimar a separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, bem como a hierarquização dos trabalhos conforme o sexo de quem os executa.

Hirata e Kergoat (2007) propõem que a divisão sexual do trabalho seja compreendida como uma relação social estruturante, reorganizada historicamente segundo as exigências da acumulação capitalista, mas sempre assentada em dois princípios fundantes: a separação entre os espaços de trabalho e a hierarquia entre os sujeitos sociais conforme o sexo. Tal formulação impõe à pesquisa a necessidade de adotar categorias analíticas capazes de captar o entrelaçamento entre trabalho assalariado, trabalho doméstico e as formas cotidianas de mediação que viabilizam a reprodução da força de trabalho sem plena responsabilização do capital por seu custo social. O método, nesse contexto, não pode ser neutro: ele deve assumir o compromisso de desvelar os mecanismos históricos de opressão e dominação que atravessam a experiência concreta das mulheres da classe trabalhadora.

Este trabalho realiza, até o presente momento, exclusivamente uma pesquisa de natureza bibliográfica, com base em autoras e autores que discutem a categoria do cotidiano, a divisão sexual do trabalho, a desproteção social e as formas de resistência silenciosa. A escolha por iniciar a investigação com uma etapa teórica se justifica pela necessidade de construir um marco analítico rigoroso, que permita não apenas interpretar empiricamente a realidade, mas compreendê-la a partir de suas determinações históricas e estruturais. O objetivo é articular

essas formulações teóricas às estratégias concretas de resistência desenvolvidas por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, no território do CRAS central de Londrina (PR).

A etapa empírica, prevista para o desenvolvimento futuro da pesquisa, consistirá na realização de trabalho de campo com aplicação de questionários e registro de relatos, visando captar de forma mediada como essas práticas de resistência se manifestam no cotidiano. Essa fase da pesquisa permitirá verificar a materialização das estratégias interpretadas teoricamente, fortalecendo a unidade entre teoria e prática no processo de conhecimento. O campo, portanto, não será tomado como simples espaço de validação, mas como momento necessário de aprofundamento dialético da realidade.

Nesse marco, os procedimentos metodológicos não devem restringir-se à coleta de informações sobre as condições de vida das mulheres, mas partir da premissa de que essas condições são determinadas pelas contradições estruturais do capital. A desigualdade que incide sobre as mulheres pobres não resulta de falhas ocasionais das políticas públicas, mas da própria racionalidade capitalista, que requer uma massa de força de trabalho disponível, desvalorizada e disciplinada por mecanismos de controle assistencial. Como analisa Sousa (2012), a centralidade das mulheres nas políticas de transferência de renda — como o Programa Bolsa Família — não deve ser lida como reconhecimento de seu papel social, mas como tática de deslocamento da responsabilidade do Estado para a esfera privada, convertendo o cuidado e a reprodução da vida em tarefas naturalizadas do feminino.

A abordagem metodológica deve, portanto, considerar a totalidade das relações sociais que estruturam a existência dessas mulheres, compreendendo classe, sexo e raça como determinações históricas interdependentes e inseparáveis. O método não se propõe a descrever sujeitos, mas a reconstruir as mediações objetivas que conformam suas práticas, escolhas e resistências. Ao se debruçar sobre o cotidiano, o método deve recusar tanto a romantização da resistência quanto a vitimização despolitizada da condição feminina. Como destaca José Paulo Neto (2012), o cotidiano é simultaneamente espaço de alienação e de crítica, de reprodução da ideologia dominante e de elaboração prática de resistências que, mesmo fragmentadas, confrontam a ordem social vigente. É nesse entrelaçamento contraditório que a pesquisa

buscará situar as práticas cotidianas de resistência das mulheres trabalhadoras pobres, compreendendo-as como expressões vivas da luta de classes sob a forma da sobrevivência.

## **A QUESTÃO DA MULHER NA LÓGICA DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL**

A inserção subordinada das mulheres na divisão social do trabalho não é um dado contingente nem um resquício de tradições arcaicas, mas um componente funcional à lógica de reprodução do capital. Essa posição subordinada não decorre de uma inércia cultural, mas de determinações estruturais que operam para assegurar a reprodução ampliada da força de trabalho ao menor custo possível para o capital. A divisão sexual do trabalho, conforme propõem Hirata e Kergoat (2007), estrutura-se historicamente a partir de dois princípios fundamentais: a separação entre as esferas produtiva e reprodutiva e a hierarquização dos trabalhos conforme o sexo, estabelecendo uma naturalização ideológica que legitima a desvalorização do trabalho das mulheres. Como afirmam as autoras, “a divisão sexual do trabalho é um organizador social global que estrutura o conjunto da organização do trabalho e das relações sociais” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 597). Essa estrutura não se limita ao espaço doméstico ou ao mercado de trabalho formal, mas atravessa todas as esferas da vida social, consolidando formas de opressão que não apenas mantêm a desigualdade, mas a reproduzem de forma renovada.

Ao mesmo tempo, essa divisão se reorganiza conforme as exigências da acumulação, adaptando-se às crises e às reestruturações produtivas do capital. As transformações no mundo do trabalho, especialmente a partir da reestruturação produtiva das últimas décadas, intensificaram a informalização, a flexibilização e a responsabilização individual pela sobrevivência, ampliando a sobrecarga das mulheres. A intensificação do trabalho de cuidado, não remunerado e invisível, passou a ser uma engrenagem indispensável à sustentação da vida em meio à retração das políticas públicas e à precarização dos vínculos laborais.

Como demonstra Federici (2017), a violência exercida sobre os corpos das mulheres durante os processos de cercamento e expropriação de terras — especialmente nos séculos XVI e XVII — não foi um episódio isolado da história europeia, mas o fundamento da acumulação primitiva moderna. “A caça às bruxas serviu à reconstrução da autoridade patriarcal, reforçando



o papel das mulheres como reprodutoras da força de trabalho” (Federici, 2017, p. 138). A imposição do trabalho reprodutivo gratuito, a destruição das formas coletivas de vida e o disciplinamento dos corpos femininos foram centrais para o surgimento da sociedade capitalista. Esse processo, longe de ter se esgotado, reaparece sob novas formas nas sociedades periféricas, onde o capital continua a expropriar a força de trabalho das mulheres sem contrapartida em direitos ou remuneração, convertendo o cuidado em um trabalho obrigatório, desprovido de valor reconhecido e central à sobrevivência coletiva.

Nas formações sociais dependentes como o Brasil, a reprodução dessa lógica adquire contornos ainda mais perversos. A segmentação do mercado de trabalho, o racismo estrutural e a fragilidade dos sistemas públicos de proteção social acentuam a vulnerabilidade das mulheres negras, pobres e chefes de família. Franco e Nalesso (2024, p. 2-3), ao analisarem os efeitos das políticas de desproteção social, demonstram que a focalização dos programas sociais, em vez de promover justiça redistributiva, transferiu para as mulheres a gestão cotidiana da pobreza e da escassez. As condicionalidades impostas pelo Programa Bolsa Família e sua ênfase na figura da “mãe cuidadora” não resultaram de uma valorização do trabalho feminino, mas da tentativa do Estado em se retirar das obrigações universais, mantendo uma rede mínima de controle social através da assistência. Essa estratégia de contenção reforça a feminização da responsabilidade social, enquanto precariza ainda mais as condições de vida dessas mulheres.

Segundo o Censo 2022 do IBGE, o Brasil contabiliza cerca de 104 milhões de mulheres, o que representa 51,5% da população total. Mais da metade delas é responsável pelo domicílio em que vive. A taxa de analfabetismo entre as mulheres é significativamente inferior à dos homens, mas as mulheres negras e indígenas enfrentam maiores obstáculos de acesso e permanência na educação formal, além de concentrarem os piores indicadores de renda e proteção social. Conforme relatório da Oxfam Brasil (2024), as mulheres seguem concentrando a maior parte das tarefas domésticas e do cuidado não remunerado. Dos aproximadamente 67 milhões de trabalhadores domésticos existentes no mundo, 80% são mulheres. No Brasil, 14,5% das mulheres inseridas no mercado de trabalho estão no trabalho doméstico, enquanto essa proporção entre os homens é de apenas 1%. Esses dados revelam que o lugar social das

mulheres não é apenas marginal em relação ao trabalho formal, mas funcional à estrutura capitalista, que desloca para a esfera privada os custos da reprodução.

Essa forma de protagonismo induzido que recai sobre as mulheres beneficiárias não pode ser confundida com empoderamento. De acordo com Sousa (2012), a feminização da pobreza em tempos de crise revela o papel central das mulheres como alvo das políticas de compensação, ao mesmo tempo em que sofrem as maiores consequências da retirada de direitos sociais. O vínculo direto entre desproteção e gênero se expressa na sobrecarga de responsabilidades, no rebaixamento das condições de vida e na precarização das possibilidades de reprodução da força de trabalho. O cotidiano, nesse cenário, não é apenas espaço de sobrevivência, mas também campo de enfrentamento. A manutenção da vida, em tais condições, torna-se um ato de resistência.

A noção de resistência cotidiana, elaborada por James C. Scott (2011) e desenvolvida na historiografia por autores como Douglas Menezes de Oliveira (2023), permite captar as formas veladas e dispersas de resistência que escapam às categorias clássicas da mobilização. Nos intervalos do cotidiano — nos gestos, nas escolhas, nos silêncios e nas táticas de reorganização da vida — essas mulheres exercem práticas que tensionam os limites da dominação. Como mostra Oliveira (2023), a resistência cotidiana não é ausência de política, mas prática viva de luta de classes num terreno informal, onde a simulação da aceitação muitas vezes encobre a recusa ativa. No caso das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, essas práticas se materializam no uso tático da política assistencial, na reorganização das dinâmicas domésticas para enfrentar a escassez de renda e na articulação de formas coletivas de proteção diante da ausência estruturada de garantias por parte do Estado (Sousa, 2012; Franco e Nalesso, 2024; Scott, 2011).

A crítica gramsciana à hegemonia, retomada por Scott (2011), contribui ainda para desestabilizar a ideia de que as mulheres das classes subalternas estariam capturadas por uma falsa consciência. Pelo contrário, como mostra Federici (2017), essas mulheres constroem, a partir de suas experiências, um saber enraizado na vida concreta, uma consciência que pode não ser discursiva, mas que expressa a contradição vivida entre a função que lhes é atribuída e a



condição que lhes é imposta. A recusa não se dá necessariamente por meio da negação aberta, mas por práticas silenciosas que sabotam a ordem sem se expor ao risco direto da repressão.

Por isso, a análise da questão da mulher na sociedade capitalista exige que gênero não seja tratado como um marcador identitário, mas como uma determinação histórica das formas de exploração e dominação. Classe, sexo e raça não são camadas justapostas, mas relações sociais entrelaçadas que estruturam a posição das mulheres na lógica da reprodução social. A resistência, nesse contexto, não é um ato extraordinário, mas uma prática ordinária da vida em condições adversas, onde o cotidiano é simultaneamente o campo da dominação e da crítica (Sousa, 2012; Scott, 2011; Neto, 2012).

## **O COTIDIANO COMO ESPAÇO DE REPETIÇÃO E RESISTÊNCIA**

A análise do cotidiano no interior da sociabilidade capitalista exige que se reconheça sua duplicidade estrutural. Como aponta José Paulo Neto (2012), “a vida cotidiana [...] é, ao mesmo tempo, a esfera da reprodução da sociabilidade alienada e da possibilidade de sua crítica imanente” (p. 89). Essa ambiguidade permite compreender por que, por um lado, o cotidiano é o espaço onde se reproduzem, com aparência de normalidade, as relações sociais fundadas na exploração do trabalho, na divisão sexual e racial do trabalho e na negação sistemática dos direitos sociais. Por outro lado, é nesse mesmo cotidiano, tomado como lugar da repetição e da adaptação, que se gestam práticas de recusa, tensões silenciosas e formas fragmentadas de resistência. A mesmice, portanto, não é ausência de conflito, mas expressão aparente da dominação, sob a qual operam dinâmicas contraditórias que revelam a luta de classes em sua dimensão difusa e dispersa.

José Paulo Neto (2012) problematiza o cotidiano como categoria crítica e recusa sua redução à banalidade da vida ordinária. Para ele, o cotidiano é a forma social pela qual a ideologia dominante se realiza de maneira concreta, silenciosa e persistente, capturando os sujeitos por meio da reprodução automatizada das práticas, dos valores e das crenças da ordem burguesa. “É no cotidiano que a ideologia dominante constrói suas formas mais acabadas de reprodução social, pois é nele que ela se encarna como evidência, como ‘naturalidade’ do existente, como hábito e como crença” (NETO, 2012, p. 93). Mas é também no cotidiano que

a experiência vivida da necessidade, da contradição e do sofrimento social pode romper a aparente estabilidade da ideologia e abrir caminho à crítica imanente. Não se trata de um espontaneísmo cego, mas do reconhecimento de que a consciência social não se forma fora das mediações concretas, e sim por meio do tensionamento prático entre o que se vive e o que se impõe como normal.

James C. Scott (2011), ao destacar as formas cotidianas de resistência, contribui para esse entendimento ao mostrar que a submissão aparente das classes subalternas não implica aceitação real. Nas entrelinhas da rotina, nos comportamentos ambíguos, nos silêncios e na simulação, as populações dominadas exercem uma política do dissenso não formalizado, mas material. A resistência se apresenta, assim, como ação fragmentada, mas concreta, muitas vezes velada sob o verniz da obediência. O cotidiano deixa de ser mero espaço de reprodução e passa a ser palco de práticas que, embora desprovidas de enunciação programática, questionam a legitimidade da ordem dominante.

Douglas de Oliveira (2023), ao aplicar essa concepção à historiografia das lutas populares, reforça que a resistência cotidiana não deve ser interpretada como um ensaio da rebelião futura, mas como forma própria de luta, que opera dentro dos limites impostos pela dominação, sem com isso deixar de negá-la. A recusa se inscreve na prática, mesmo que silenciosa, e carrega em si o potencial de desestabilizar a normalidade da exploração. Essa perspectiva é fundamental para compreender a vida cotidiana das mulheres pobres, sobretudo das chefes de família beneficiárias do Bolsa Família, em contextos urbanos periféricos como o de Londrina. A rotina marcada pela escassez, pela sobrecarga de trabalho, pela ausência de serviços públicos e pela responsabilização unilateral pela sobrevivência da família parece, à primeira vista, um espaço de resignação. Mas é exatamente nesse cotidiano exaustivo e invisibilizado que essas mulheres reorganizam práticas, constroem redes de solidariedade, negociam com o Estado, burlam condicionalidades e utilizam os poucos recursos disponíveis como instrumentos de autonomia relativa.

O cotidiano, então, é o terreno onde a dominação se torna administrável e, ao mesmo tempo, vulnerável. A repetição, longe de ser mecânica, é tensionada por escolhas forçadas, estratégias improvisadas e saberes acumulados na experiência da precariedade. As práticas de

resistência não assumem a forma do embate direto, mas do desvio, da recusa parcial, da invenção de caminhos possíveis para além da norma imposta. Ao assumir o cotidiano como campo de investigação, não se trata de romantizar a vida ordinária, tampouco de reduzir a resistência à esfera privada ou individualizada. Trata-se de reconhecer que a luta de classes também se desenrola nos intervalos da rotina, nas brechas abertas pelas contradições da sociabilidade capitalista, especialmente quando esta impõe às mulheres da classe trabalhadora a tarefa de gerir a miséria produzida estruturalmente pelo capital e legitimada pelas políticas assistenciais focalizadas. Como sintetiza José Paulo Neto (2012), “o cotidiano deve ser compreendido como uma forma social contraditória, onde a reprodução da dominação e a sua negação coexistem de modo tenso e desigual” (p. 92).

Essa dimensão da resistência cotidiana torna-se ainda mais significativa quando articulada às formas de sociabilidade que emergem nos territórios periféricos. A vizinhança, a creche pública, a unidade de saúde, o grupo de mães, a igreja ou a ocupação urbana não são espaços neutros. São também campos onde se exercem formas de resistência prática, fundadas em laços concretos e em estratégias de sobrevivência coletiva que escapam aos mecanismos burocráticos do Estado e às exigências disciplinares do capital. A rotina, portanto, é mais do que repetição: é síntese de conflito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho teve como base uma pesquisa bibliográfica voltada à compreensão das estratégias cotidianas de resistência das mulheres chefes de família beneficiárias do Programa Bolsa Família, com recorte no território atendido pelo CRAS central de Londrina. Partimos do entendimento de que a política social, em sua forma focalizada e assistencializada, estrutura-se como instrumento de gestão da força de trabalho excedente e de regulação das contradições sociais produzidas pela sociabilidade capitalista. Neste processo, as mulheres pobres são interpeladas como gestoras da pobreza familiar, não por protagonismo emancipatório, mas como desdobramento da divisão sexual do trabalho e da responsabilização privada pela reprodução da vida.

A partir das formulações de James C. Scott (2011) sobre as formas cotidianas de resistência, compreendemos que a ausência de mobilização aberta, de confrontos espetaculares ou de discursos revolucionários não significa passividade nem consentimento. Pelo contrário, nas práticas cotidianas marcadas pela informalidade e pela invisibilidade — como o uso estratégico da assistência social, a reorganização do trabalho doméstico para assegurar a subsistência, a ocupação informal de espaços e a mobilização em redes comunitárias — essas mulheres estabelecem limites à expropriação de sua força de trabalho e à negação de seus direitos. Essa resistência difusa, que opera no limiar entre a submissão aparente e a negação tácita, é expressão viva da luta de classes em sua forma dispersa (Scott, 2011).

O cotidiano dessas mulheres, frequentemente invisibilizado pela análise política convencional, constitui um terreno contraditório onde se articulam formas práticas de enfrentamento à escassez, à desproteção e à precarização das condições de existência. Como demonstram os autores mobilizados, essas práticas, mesmo quando desprovidas de institucionalidade ou formalização discursiva, configuram modalidades de resistência enraizadas na experiência vivida da necessidade. Ao reorganizarem rotinas, negociarem com os dispositivos da assistência social e construírem redes de solidariedade, essas mulheres exercem uma crítica prática à ordem vigente, negando, no plano da vida cotidiana, a naturalização da desigualdade.

A intenção é articular o arcabouço crítico aqui sistematizado, possibilitando a apreensão da resistência cotidiana como prática social situada historicamente. O aprofundamento empírico permitirá verificar como essas práticas se materializam na realidade local, de que forma tensionam os limites da política pública e em que medida expressam a luta de classes em sua dimensão fragmentada.

Ao assumir o cotidiano como objeto de análise e as mulheres da classe trabalhadora como sujeito histórico, reafirmamos que a resistência não se reduz aos momentos espetaculares de ruptura, mas se expressa também nos gestos mínimos e persistentes de enfrentamento à dominação. A pesquisa que ora se inicia pretende contribuir, nesse sentido, para uma crítica radical da política social, que não se detenha nas aparências institucionais, mas que revele suas determinações estruturais e seus limites históricos no contexto da desigualdade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ÁLVARO, M. C. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 410 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 34, p. 103–122, 2020.

FRANCO, Bruna Cardoso; NALESSO, Ana Patrícia Pires. **Quem a desproteção impacta: desigualdade social em Londrina – PR, uma análise a partir dos indicadores do Cadastro Único**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2024. Trabalho de Iniciação Científica

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: outras formas de trabalho 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em 14 de mar. de 2025.

NETO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. 10. Edição – São Paulo: Cortez, 2012

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. As contribuições da noção de resistência cotidiana para a historiografia da luta camponesa. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 28, p. 1–16, 2023.

OXFAM BRASIL. **Mulheres contra a desigualdade**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2024. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/mulheres-contra-as-desigualdades>. Acesso em 14 de mar. de 2025.

PACHECO, Eliane Martins; DIAS, Miriam Thais Guterres. A luta das mulheres por políticas sociais: avanços e retrocessos. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 145–164, jan./jun. 2022.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 217–243, jan./jul. 2011.

SOUSA, Roberta Menezes de. Feminização da pobreza em tempos de crise capitalista e assistencialização da questão social. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 10., 2012, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2012.